

## UM ESTUDO SOBRE A LÍNGUA NA SUA HISTÓRIA: A LÍNGUA COMO FIM OU COMO MEIO?

Maria Helena de Moura NEVES (Universidade Estadual Paulista  
Júlio de Mesquita Filho / CNPq)

*ABSTRACT: The paper focuses on the course of Greek ideas about language, in order to investigate their real aim.*

Uma questão relevante na historiografia linguística diz respeito às relações entre, de um lado, os textos particulares e específicos encontrados e, de outro, o corpo de doutrinas em que os textos se inserem. É uma relação que governa a própria determinação do real objeto de estudo dentro do campo língua/linguagem. O conjunto de observações que cada obra oferece requer a detecção de um discurso por trás do primeiro código em exame. Por mais técnicas e aparentemente descomprometidas que sejam as exposições sobre linguagem e língua, elas nunca são uma superfície sem contraparte representativa do real sentido de uma doutrina exposta.

Sabemos que o domínio da gramática é o cálculo da produção de sentido, a busca da relação entre a cadeia sonora e o significado, este inserido no seu contexto. É um domínio, então, que, para não ser mera técnica, vai necessariamente ao homem, porque responde, de um lado, pela eficiência dessa produção de sentido, e, de outro, pela essência do sentido produzido.

Na história das idéias gramaticais, um percurso muito sedutor é exatamente a visão do transcurso das manifestações registradas, vistas em sua ligação com a verdadeira finalidade a que serviam.

O exame que aqui se faz vai restringir-se a uma pequena parte do percurso, aliás, uma parte em que esse engajamento é muito sensível: a antiguidade clássica, especificamente a Grécia.

A língua não foi estudada como um fim em si mesmo pelos filósofos, cujas reflexões tornaram possível a própria gramática, mas

também não pelos filólogos gregos, aos quais chamamos gramáticos. O mesmo não se pode dizer, porém, dos sofistas.

Para os filósofos a língua era apenas a pista concreta para se desvendar a atividade da linguagem, e esta era a contraparte expressa do pensamento.

Na Carta VII, Platão (Platon, 1960, 342a-343d), ao tratar do caminho do conhecimento, coloca o nome (*ónoma*) na ponta inferior, e a própria coisa (*autó*) na outra ponta, mediando entre elas, pela ordem, a partir do nome, a definição ou proposição (*lógos*), a imagem (*eidolon*) e, no degrau mais próximo à própria coisa, a ciência (*epistéme*), a inteligência (*noús*) e a opinião verdadeira (*alethés dóxa*). O nome e a definição não têm fixidez: nada impede que se dê um nome, ou outro diferente, a qualquer coisa. Para se chegar ao objeto verdadeiramente real e cognoscível, que é a própria coisa, os elementos da linguagem constituem apenas um fraco auxiliar.

Tradicionalmente se aponta o *Crátilo* como uma obra em que se indaga sobre a questão do nome, sua origem, seu estatuto. E a pergunta primeira a que é tentado o estudioso é a seguinte: a teoria do nome de Platão é naturalista ou convencionalista? Entretanto, é na não-opção entre esses dois pólos que está a essência da teoria platônica sobre a linguagem: a linguagem é natural, sim, mas não porque seja simplesmente não-convencional, quer dizer, não porque - para recorrer a um termo suscitado pela dicotomia saussureana - seja "motivada". Ocorre que o que governa toda investigação platônica da linguagem - e, conseqüentemente, do nome - é o eidetismo, isto é, a conformidade com a idéia (*eidos*) das coisas. Que é o nome, senão o instrumento, o *organon* (*Crátilo* 388 a) da arte (*téchne*) que é a linguagem? E que faz a *téchne* senão operar segundo o eidos de cada coisa e, assim, operar segundo os imperativos da natureza (*phýsis*)? É, pois, no sentido de sua adequação ao *eidos* das coisas, e, conseqüentemente, à *phýsis*, que a linguagem é natural, sendo, o nome, a imitação (*mimesis*) das idéias. O nome se define, pois, como imagem (*eidolon*), como algo que se distingue da coisa comportando, portanto, imperfeição. Admite-se, assim, a possibilidade de atribuição inexata do nome à coisa, isto é, admite-se a possibilidade de uma relação falsa no ato de distribuição dos nomes e de sua aplicação às coisas. Na verdade, o que se defende é que o nome pode ser estabelecido segundo um grau mais alto ou mais baixo na escala de semelhança com a coisa, admitindo-se, pois, existência de

nomes nos quais não se encontram todos os traços apropriados ao objeto<sup>1</sup>. E, se se considera possível representar a coisa com elementos não totalmente apropriados a ela, admite-se a existência de um papel da convenção (*synthéke*) e do uso (*éthos*) na atividade da denominação. Ao invés de se excluírem, conjugam-se, pois, a natureza (*phýsis*) e a lei (*nómos*) na atividade do criador de nomes (*onomatourgós*), que é um legislador (*nomothétes*): o nome é natural porque é instrumento de uma arte, mas, sendo apenas imagem da coisa, ele necessariamente pressupõe imperfeição; assim mesmo, entretanto, graças à convenção e ao acordo, ele pode representar a coisa. E como ocorre com os nomes, também os verbos, que têm seu *eidos*, e a proposição (*lógos*), formada de nomes e verbos, podem ser inexatos, porque não duplicam as coisas, não se confundem com elas; desse modo, as coisas podem, ou não, ser ditas como devem ser ditas. Na verdade, como imagem, a linguagem é posterior e inferior ao conhecimento verdadeiro, que se liga ao original, não à cópia, que, por definição, não pode estar pela coisa, apenas a representa, o que pode ser feito com maior ou menor exatidão.

Na verdade, quando Platão trata da questão da justeza (*orthótes*) do nome no *Crátilo* (Platon, 1969a), só ilusoriamente o problema em questão é a linguagem em si. A relação convenção/natureza (*nómos/phýsis*) interessa, isso sim, ao domínio mais amplo da relação entre o homem (o que ele faz, *nómos*) e a natureza (*phýsis*), interessa, afinal, à questão da essência do homem. A função da palavra se liga à busca da verdade, e a questão da verdade pressupõe uma dissociação, mas também uma relação, entre a cadeia significativa e o conteúdo do que se diz. Essa busca sai, pois, do domínio do *nome* e tem de ser verificada no domínio do *lógos*, da proposição, lugar em que um predicado é atribuído a um nome, lugar, portanto, onde se manifesta o verdadeiro ou o falso.

A verificação da relação entre o *lógos* e o ser (*ousia*), que já constitui preocupação no *Crátilo*, é a investigação central do *Sofista* (Platon, 1969 b). Aquele problema da falsidade de atribuição - questão que desmonta toda a base da atividade sofisticada - se alarga do nome ao *lógos*, sobre a consideração básica da função mimética da linguagem. Já não se dá atenção à nomenclatura, mas à expressão das relações entre as coisas, obtida pelo acordo dos sinais da linguagem. O entrelaçamento do nome com o verbo constitui o registro lingüístico da associação mútua dos gêneros do ser. Os gêneros são em número finito: o ser, o repouso, o movimento, o mesmo e o outro. Cada um dos gêneros participa do

ser, mas, entre os gêneros do ser, está o não-ser, já que em cada um dos gêneros, a natureza do outro torna cada um deles outro que não o ser (256 e) <sup>2</sup>. Assim, cada um dos gêneros, ao mesmo tempo que participa do ser, e pode ser chamado *ser*, pode também ser chamado *não-ser*. Desse modo tanto o *ser* como o *não-ser* podem enunciar-se, o que significa que há discurso verdadeiro, ligado a opinião verdadeira, e há discurso falso, ligado a opinião falsa. O discurso verdadeiro diz de alguém o que é tal como é, enquanto o falso diz coisa diferente daquela que é (236 b). Somente na medida em que é uma articulação que manifesta - mais, ou menos, exatamente - a articulação das essências é que a linguagem tem sentido.

Com efeito, não é no domínio menor do *nome* que se pode buscar a adequação do som que se emite ao que é significado, mas a busca assim posta implica, sobre a dissociação feita, a investigação de uma relação entre os elementos dissociados. Se a relação não é de verdade/falsidade, é, afinal, de representação. Está posto, então, o problema da significação.

Foi, de fato, na consideração da linguagem como manifestação, como representação, como imagem, embora imperfeita, da coisa (ou, mais precisamente, da idéia) que emergiu a questão da significação, questão fundamental na consideração da linguagem. O *Teeteto* de Platão (Platon, 1969c) chama a atenção para a relação - e, desse modo, para a separação - entre o pensado e o dito. O pensar é a formulação interior de perguntas e respostas, é a emissão de julgamento. É assim que se a forma a opinião e se produz o discurso. Entre a simples imagem da coisa e o degrau mais elevado que é a própria coisa, está o pensar, ou a opinião, que é o que se reflete na emissão vocal. O discurso é, pois, a imagem do pensamento (208 c), a imagem da opinião (206 d).

Aristóteles vai dizer, no *Da Interpretação* (Aristotelis, 1966, 16a 3) que o que está nos sons emitidos pela voz é símbolo dos estados de alma (*pathémata tês psychês*)<sup>3</sup>. Não variam os estados de alma, que são os mesmos para todos os homens, mas variam as palavras ditas e varia a escrita, porque a relação entre a linguagem e as coisas, passando pelos estados de alma, é simbólica. Estabelecem-se, aí, os três pontos do triângulo da significação por convenção, aquela significação que se situa no nível da palavra. O nome possui uma significação convencional (*katà synthéken*, 2, 16a 19); ele não existe por natureza, mas se torna símbolo na medida em que o espírito lhe impõe um sentido. Há um conteúdo

mental que se assemelha à coisa significada, mas o nome, como símbolo, resulta de acordo e convenção. Ele significa, sim, mas não afirma nem nega, não diz que é nem que não é, e, portanto, não diz a natureza das coisas. É só no nível do *lógos*, da proposição, que se sai da significação por convenção, e então a significação é considerada natural. Em si mesmos, nem nomes nem verbos são verdadeiros nem falsos, porque também os conceitos em si mesmos não são verdadeiros nem falsos. Assim, não há que buscar adequação ou inadequação nos nomes, já que eles são simplesmente simbólicos. É na composição (*syntesis*) deles e na separação (*diairesis*) entre eles que há verdade ou erro, porque, aí, se manifesta a relação entre as coisas e se faz o julgamento. Desse modo, quando se afirma que algo é ou que *não é*, dá-se uma manifestação, uma revelação (*apóphansis*): expressa-se a verdade ou a falsidade. Ou a ligação dos conceitos pela linguagem (o *é*) une os conceitos que na realidade são unidos, e então se tem a verdade, ou ela une os conceitos que na realidade são separados, e então se tem a falsidade. O mesmo com a separação dos conceitos pela linguagem (o *não é*).

Os estóicos, na sua dialética<sup>4</sup>, completam a explicitação da significação pela linguagem. Há a voz, o significante (*semáion*), há o referente, o objeto (*tyñchanon*, "o que é") e há o significado, o conteúdo da representação mental (*lektón*)<sup>5</sup>, um conteúdo diferente, no modo de existência, do objeto, mas também, da própria representação mental do objeto. *Lektón* significa "o que se diz", constituindo uma "apresentação" das coisas por meio da linguagem (Diogenes Laertii VII, 63). Mas o *lektón* completo (*autotelés*) só existe com a atribuição de um predicado a um sujeito. Ser verdadeiro é uma propriedade do *lektón* nesse nível, é propriedade da proposição (*axioma*), porque é nesse nível que podem julgar-se os valores de verdade (*axiousthai*). É nesse nível, pois, que se pode falar em uma expressão da natureza das coisas. Porque, para os estóicos, a linguagem é natural, tanto na sua origem como na sua natureza. E, se ela obtém expressar a natureza das coisas, ela é justa.

O que os estóicos buscam é a *orthótes* (a justeza) e a verdade, representadas pelo controle do ilógico e irracional, e marcadas pelo grande valor da ética no sistema estóico. Para isso, é fundamental o falar adequadamente. A linguagem tem de ser reta, justa, para ser natural, o que constitui o ideal estóico. E, equacionado o problema das relações

entre o dito e o significado (o problema da significação), chega-se a três grandes questões ligadas à investigação da linguagem:

1) A etimologia (questão teórica, do âmbito da dialética): verifica-se a correspondência entre o nome e o objeto denominado, entendendo-se que essa relação é natural, não implica subjetividade arbitrária e é independente de qualquer arte; o étimo é a verdade das coisas, pois a linguagem representa a natureza das coisas; e os indivíduos têm a posse da linguagem natural.

2) O helenismo (questão prática): como nem tudo que se diz está, porém, de acordo com a natureza das coisas, é necessário preservar a *orthotes*, isto é, a linguagem que é, realmente, obra da natureza, a linguagem com qualidades, o dizer bem (*hellenizein*); essa constitui a norma constante, regular e regrada.

3) A dicotomia analogia/anomalia (base para a caracterização do helenismo): se a linguagem é natural, existe racionalidade no *lógos*, existe uma regularidade lingüística refletindo a regularidade universal, existe, então, analogia na linguagem; não se trata de uma simples relação natural entre o nome e o objeto, mas de uma relação entre a regularidade que une os objetos e a que governa a expressão lingüística. O exame da linguagem, porém, revela anomalias: há fatos de linguagem que contrariam as exigências da dialética, discordando som e conceito, deixando de recobrir-se forma lingüística e conteúdo, contradizendo-se realidade sonora e significado abstraído. Para que se examina a linguagem, então? Para buscar-se aquela regularidade lingüística correspondente à regularidade universal. Encontrados, porém, nessa investigação, desvios e irregularidades, eles são tidos por anomalias, e estas devem ser abolidas. A questão é teórica, mas há uma busca concreta das anomalias na expressão. E - fato fundamentalmente significativo - tem de haver uma explicitação prática da analogia, para se chegar a um critério de uniformização que oriente o banimento das anomalias.

Busca-se, na verdade, uma norma lingüística. Há uma atividade, exercida pela crítica filológica, de instituição de padrões, explicitados sobre princípios "analógicos", uma quarta proporcional; e, separadamente da busca de relação entre lógica e gramática, tomam-se os manuscritos para verificação dos desvios, tidos como incorreções. Isso ocorre exatamente no momento político de perda da hegemonia

helênica, ocorre numa conjuntura sociocultural de confronto entre a língua considerada pura, regular, regrada (a grega), que está ameaçada, e a língua bárbara (a não-grega). E as características da língua não-anômala - a grega - têm, então, de ser expostas e sistematizadas.

A regularidade, o modelo, onde ser buscado? Obviamente, na linguagem dos escritores maiores, especialmente Homero. Faz-se, então, exegese, mas, ao lado disso, procura-se montar paradigmas, procura-se fornecer a explicitação dos padrões que mostrem em que consiste aquela pureza de língua, aquela regularidade que se quer conservar. Desfilam cânones flexionais a serviço da crítica textual. É pela primeira vez - na obra dos alexandrinos - encontra-se uma atividade técnica de trabalho com a língua<sup>6</sup>, distinguida de outra atividade não técnica, a de interpretação e crítica de obras literárias<sup>7</sup>. O manual de Dionísio o Trácio (Uhlig, 1883), na sua definição de gramática como "o conhecimento do uso dos poetas e prosadores", espelha exatamente o princípio que inspirava os alexandrinos na sua atividade filológica. E, naturalmente, se o objeto de exame é um uso modelar, o exercício prático tem de ser o de constituição de modelos, como se faz nesse manual. Afinal, há que transmitir os paradigmas instituídos naquela construção modelar que o espírito helênico empreendeu, há que preservar os padrões ideais que grandes obras oferecem, há que garantir a memória de um passado valioso.

Na verdade, como ocorrera na filosofia, o que se busca, no exame feito pelos alexandrinos, é a adequação da linguagem, afinal, a sua funcionalidade, vista segundo os interesses em causa.

A própria busca de adequação formal servira também à causa da filosofia. Aristóteles se dedicou, sabemos, não apenas às questões da linguagem a serviço da lógica, como ao estudo do ser e do *lógos*, que ele fez no *Da interpretação* (Aristóteles, 1966), mas também às questões do modo de expressão, o estudo da *léxis* - da elocução e do estilo - que ele fez no *Retórica* (Aristote, 1973) e no *Poética* (Aristóteles, 1956). Na verdade, para revelar as coisas (uma preocupação lógica), a linguagem tem de ser eficiente, tem, por exemplo, de ter características apropriadas a seu modo de expressão (prosa ou verso). Não interessa apenas o dizer com verdade, mas também o dizer com arte, o dizer bem. Releva a eficiência da linguagem, embora nunca se desmintam o relacionamento da *léxis* com o *lógos*, nunca se deixe de entender a linguagem como uma

articulação das modalidades do ser. O objeto de exame são especialmente, as características da elocução. E Aristóteles, na *Retórica*, verifica questões de propriedade do emprego (dos nomes, dos verbos), questões de utilidade do emprego (dos sinônimos, dos homônimos), questões de eficácia, conveniência e perigo de usos (da metáfora), questões da justa medida do uso (dos diminutivos). Na *Poética*, ele verifica questões do uso das diversas espécies de nomes (o corrente, o estrangeiro, o alterado etc.), o que significa colocar interesse nas qualidades da elocução, em termos de adequação, isto é, em termos de eficiência a serviço do que se quer que seja dito.

Mas a retórica já bem antes de Aristóteles buscara encontrar os meios que garantissem uma linguagem eficiente, eficiência diferentemente considerada, é verdade. Os sofistas, que buscavam, segundo Platão, "educar os homens" (Platon, 1948, 314e, 315e), ensinavam a arte política, que se exerce, necessariamente, por meio da linguagem eficiente, já que busca persuadir. Outros fins, os mesmos meios. Não se buscava, como na filosofia, uma palavra de verdade, porque não se queria ensinar nenhuma verdade (Neves, 1987, p.36). Pelo contrário, a eficiência sofística prevê que a linguagem tem de ser capaz de construir a sua verdade, sem nenhuma adequação necessária com a realidade. Conteúdo e elocução não se desvinculam para exame, porque não está em questão a relação entre *léxis* e *lógos*. Sobreleva a importância da arte de falar com eficiência, independentemente da verificação da relação com o sentido do que se diz. O sentido se constrói no dizer, e, por isso, a linguagem é um agente poderoso para o qual se requer beleza e justeza (*orthótes*). É uma *orthótes*, porém, que, diferentemente do que ocorre no pensamento filosófico, diz respeito à boa composição, à eufonia, à correção: estuda-se o ritmo, a harmonia, e estuda-se o emprego adequado dos diferentes recursos (as diferentes modalidades de frases, os quase-sinônimos etc.) (Neves, 1987, p. 39-41).

O que se viu aqui foi, então, na história do pensamento grego sobre a linguagem, a existência de várias direções de investigação, de várias "facetas" de uma mesma busca, que é a busca da relação entre expressão e conteúdo:

- a busca da relação entre o som e o sentido para se obter persuasão, haja ou não verdade no que se diz, como fazem os sofistas;



- a busca da relação entre o som e o sentido para se manifestar a verdade das coisas, como quer a filosofia clássica, ou a natureza das coisas, como querem os estóicos;
- a busca da relação entre o som e o sentido para, em nome de uma regularidade modelar, montar-se o quadro das entidades que se unem na produção do som com sentido, como fazem aqueles a quem convencionamos denominar "primeiros gramáticos".

Vimos, portanto, que:

- quem busca dar conta da eficiência de atuação do homem (os sofistas);
- quem busca ver a essência do homem -em última instância, a verdade do homem (os filósofos);
- quem busca preservar e disciplinar o uso linguístico (os "gramáticos");
- todos se movem no domínio da "gramática", no domínio da relação entre a cadeia sonora que se emite e o sentido que se produz.

Seria preciso provar que a recíproca não é verdadeira.

(Recebido em (06/12/1993))

#### NOTAS

1. Na argumentação apresentada no *Crátilo* (432 et seq.), vejo a essência da teoria dos protótipos. O que se diz aí pode resumir-se no trecho seguinte, retomado de Neves, 1987, p. 49: "Assim como o retrato, também o nome ou a proposição não podem duplicar as coisas, pois se confundiriam com elas (432d). A imagem tem a propriedade de oscilar numa escala de semelhança que unicamente precisa manter um caráter fundamental (*týpos*, 433a) da coisa, um traço bastante para caracterizá-la no espírito. Quando esse caráter geral da coisa é revelado, ela é nomeada - o nome é o *týpos* desse caráter geral - e isso pode ocorrer em diferentes graus de excelência: o nome pode ser bem ou mal estabelecido, mas ele é o nome da coisa se traz o *týpos* dela."
2. Tudo o que é se resolve entre o ser, o repouso e o movimento; de outro lado, todo o discurso se resolve entre o ser, o mesmo e o outro, pois toda atribuição envolve o mesmo ou o outro em relação ao ser. A associação dos gêneros (que são em número finito) cria o *lógos* (que se diz em múltiplas formas). Essa associação garante ao discurso um engajamento entre os gêneros do ser (260 a).
3. As palavras escritas, por sua vez, são símbolos das palavras emitidas pela voz.
4. A dialética, a física e a moral são os componentes da lógica, mas é a lógica que permite tudo ver.

5. Dizem os estoícos, "o que há de espiritual no som" (Sexto Empírico, 1957, II, 11-12).
6. Dessa atividade fala Apolônio Discolo na introdução ao *Das Conjunções* (Schneider e Uhlig, 1867-1910).
7. Isso é o que, mais tarde, a gramática latina também vai fazer.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTOTE (1973) *Rhétorique*. Texte établi et traduit par M. Dufour et A. Wartelle. Paris, Les Belles Lettres.
- ARISTÓTELES (1956) *Poética*. Tradução, prefácio e introdução de Eudoro de Souza. Porto Alegre, Ed. Globo.
- ARISTOTELIS (1966) *Categoriæ et Liber de Interpretatione*. Recognovit brevique adnotatione critica instruxit L. Minio-Paluello, Oxon II. Oxford, E. Typographeo Clarendoniano.
- DIÓGENES LAERTII (1929) *De Clarorum Philosophorum Vitis Dogmatibus et Apothegmatibus*. Paris, Firmin Didot.
- NEVES, M.H.M. (1987) *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo, Hucitec.
- PLATON (1969a) *Le Cratyle*. Texte établi et traduit par L. Meridier. 4.ed. Paris. Les Belles Lettres.
- \_\_\_\_ (1969b) *Le sophiste*. Texte établi et traduit par A. Diès. 5ª ed. Paris, Les Belles Lettres.
- \_\_\_\_ (1969c) *Théétète*. Texte établi et traduit par A. Diès. Paris, Les Belles Lettres.
- \_\_\_\_ (1960) *Lettres*. Texte établi et traduit par Joseph Suilhé. 3ª ed. Paris, Les Belles Lettres.
- \_\_\_\_ (1948) *Protagoras*. Texte établi et traduit par A. Croiset avec la collaboration de Louis Bodin. 2ª ed. Paris, Les Belles Lettres.
- SCHNEIDER, R. & UHLIG, G. (1867-1910). *Grammatici græci*. Leipzig, Teubner.
- SEXTO EMPÍRICO (1957) *Prôs logikous I-II* (with an English translation by R.G. Bury). Cambridge, Harvard University Press; London, William Heinemann.
- UHLIG, G. (1883) *Dyonisii Thracis Ars Grammatica*. Leipzig, Teubner.